



386

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

**1ª CÂMARA CRIMINAL**

**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO:** Nº 0002168-39.2014.8.17.0000 (0328868-6)

**COMARCA DE ORIGEM:** 4ª VARA DO JÚRI DE RECIFE/PE

**RECORRENTE:** ANDERSON ANDRÉ PEREIRA MENDES

**RECORRIDO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** DRA. ANDRÉA KARLA MARANHÃO  
CONDÉ FREIRE

**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

**EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. JÚRI. PRONÚNCIA. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. DESCABIMENTO. INDÍCIOS DE AUTORIA CONTRA O RECORRENTE E PROVA DE MATERIALIDADE DELITIVA. PRINCÍPIO DO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*. IMPROVIMENTO.**

1- o Recorrente foi pronunciado como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, I e IV, c/c o art. 29, do Código Penal, e requereu a absolvição sumária ante a ausência de prova certa de seu envolvimento no homicídio.

2 – Nos processos de competência do Tribunal do Júri não há necessidade de análise profunda da prova quando da decisão de pronúncia, bastando apenas a presença dos requisitos do art. 413 do CPP.

3 – Deve-se admitir a pronúncia quando exista pelo menos a probabilidade de procedência, a fim de que a causa seja apreciada pelo júri popular. Essas exigências acham-se satisfeitas no presente caso.

4 – Portanto, a decisão de pronúncia ora recorrida merece ser confirmada, não comportando qualquer reparo.

7- Recurso em sentido estrito NÃO PROVIDO.  
Decisão Unânime.



397

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

**1ª CÂMARA CRIMINAL**

**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO:** Nº 0002168-39.2014.8.17.0000 (0328868-6)

**COMARCA DE ORIGEM:** 4ª VARA DO JÚRI DE RECIFE/PE

**RECORRENTE:** ANDERSON ANDRÉ PEREIRA MENDES

**RECORRIDO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** DRA. ANDRÉA KARLA MARANHÃO  
CONDÉ FREIRE

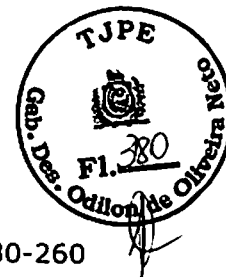
**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso em Sentido Estrito nº 0328868-6** da 4ª Vara do Júri da Capital/PE, interposto por ANDERSON ANDRÉ PEREIRA MENDES, acordam, por unanimidade de votos, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em **negar provimento ao recurso**, na conformidade do relatório, da ementa, do voto do relator e dos demais votos anexos, que fazem parte desta decisão.

Recife, 20 de Maio de 2014

**Des. Odilon de Oliveira Neto**  
**Relator**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

**1ª CÂMARA CRIMINAL**

**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO:** Nº 0002168-39.2014.8.17.0000 (0328868-6)

**COMARCA DE ORIGEM:** 4ª VARA DO JÚRI DE RECIFE/PE

**RECORRENTE:** ANDERSON ANDRÉ PEREIRA MENDES

**RECORRIDO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** DRA. ANDRÉA KARLA MARANHÃO CONDÉ FREIRE

**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

**RELATÓRIO**

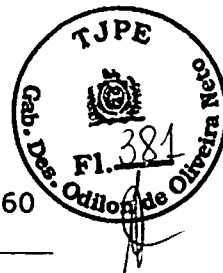
Trata-se de Recurso em Sentido Estrito interposto por **ANDERSON ANDRÉ PEREIRA** em face de sentença prolatada pelo MM Juiz de Direito da 4ª Vara do Júri da Capital/PE, que o pronunciou para julgamento pelo Júri Popular, como incurso nas penas do art. 121, § 2º, inc. I e IV, combinado com o art. 29 do Código Penal, pela prática do crime de homicídio qualificado contra a vítima Ricardo Santana de Souza.

Alega o Recorrente que não restou comprovado nos autos o seu envolvimento no homicídio, cuja autoria lhe é atribuída, não sendo possível concluir por um juízo de certeza quanto à efetiva participação do denunciado, inexistindo prova suficiente que enseje a decisão de pronúncia em seu desfavor, pelo que requer seja decretada a sua absolvição sumária.

A Promotoria de Justiça apresentou suas contrarrazões às fls. 363/365, expondo que a materialidade restou configurada ex vi do Laudo de Perícia Tanatoscópica, bem como os indícios de autoria se encontram concatenados tanto na fase inquisitorial, quanto na fase judicial, e, em observância ao princípio do "*in dubio pro societate*" que impera nessa fase processual, defende que estão presentes os requisitos a ensejar a pronúncia do réu. Pugna, portanto, que seja negado provimento a este recurso.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512



Em seguida, o magistrado de primeiro grau decidiu manter a pronúncia pelos seus próprios fundamentos, conforme despacho de fls. 366.

Nesta instância a Procuradoria de Justiça manifestou-se, em seu parecer de fls. 376/378, pelo **improvemento** do recurso interposto, aduzindo que são inequívocos os indícios de autoria contra o recorrente e que as provas colhidas são suficientes para embasar a decisão de pronúncia, a qual baseia-se num juízo de suspeita, e não de certeza de autoria delitiva.

É o que há a relatar.

Inclua-se o feito em pauta.

Recife, 05 de MAIO de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto  
Relator



388

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

**1ª CÂMARA CRIMINAL**

**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO:** Nº 0002168-39.2014.8.17.0000 (0328868-6)

**COMARCA DE ORIGEM:** 4ª VARA DO JÚRI DE RECIFE/PE

**RECORRENTE:** ANDERSON ANDRÉ PEREIRA MENDES

**RECORRIDO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** DRA. ANDRÉA KARLA MARANHÃO  
CONDÉ FREIRE

**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

**VOTO**

Inicialmente verifico que o presente recurso é tempestivo e preenche os demais pressupostos de admissibilidade, daí porque deve ser conhecido.

O Juízo da 4ª Vara do Tribunal do Júri da Capital/PE pronunciou o réu ANDERSON ANDRÉ PEREIRA MENDES, como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, inc. I e IV, combinado com o art. 29 do Código Penal, pela prática do crime de homicídio qualificado contra a vítima Ricardo Santana de Souza, para ser submetido a que seja julgado pelo júri popular.

O recorrente pleiteia a sua absolvição sumária argumentando que não existem provas do envolvimento no homicídio qualificado que lhe é atribuído, cuja autoria atribui ao co-réu MARCONI LOPES DE OLIVEIRA.

Aduz que desse modo, não existem provas que permita concluir por um juízo de certeza de autoria contra si, pelo que a decisão de pronúncia teria sido equivocada.

Narra a peça vestibular que ***"Na noite do dia 07/08/2010, por volta das 19:40h, em plena via pública, na Rua Matriz e Barros, Recife Antigo, nesta cidade, os denunciados MARCONI LOPES DE OLIVEIRA e ANDERSON ANDRÉ PEREIRA MENDES, agindo em comunhão de desígnios e mediante disparos de arma***



389

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

***de fogo, mataram RICARDO SANTANA DE SOUZA, de alcunha RICARDINHO, alvejando-o com pelo menos 04 tiros na cabeça, de modo que a citada vítima não resistiu à gravidade das lesões, e faleceu em decorrência do traumatismo crânio-encefálico e do tronco, consoante boletins de ocorrência de fls. 07/10, fotografias de fls. 14/15, auto de apreensão de fls. 16, imagens captadas pelas câmeras da Secretaria de Defesa Social de fls. 24, relatório de reconhecimento visuográfica de fls. 25/29, laudo pericial balístico de fls. 64/69, exame tanatoscópico e fotografias de fls. 74/76 e depoimentos de fls. 02/06, 45/47, 49/50, 52/55, 59/60 e 71/73 produziram ferimentos na cabeça da vítima”.***

Bem, antecipando o mérito recursal, penso que este recurso não merece ser provido, porque estamos diante de processo de competência do Tribunal do Júri em que não há necessidade de análise profunda da prova, basta ao magistrado que ele esteja convencido da materialidade e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação para pronunciar.

Além do mais, a decisão de pronúncia é uma sentença processual, com caráter declaratório e provisório, pela qual o juiz admite ou rejeita a denúncia, sem adentrar no exame de mérito, cujos requisitos legais específicos são a existência do crime e de indícios de que o réu seja o seu autor, conforme estabelece o art. 413 do CPP. E é exatamente por isso que deve admitir (pronunciar) quando exista pelo menos a probabilidade de procedência, a fim de que a causa seja apreciada pelo júri popular.

Dito isso, vejo que essas exigências acham-se satisfeitas no presente caso, senão vejamos:

Quanto à **materialidade delitiva, esta restou evidenciada através do Laudo de Perícia Tanatoscópica** de fls. 74/76 do inquérito policial, que descreveu as lesões provocadas por disparos de arma de fogo na cabeça e tronco da vítima.



390

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

---

No que tange a provável autoria, **são inequívocos os indícios que apontam o Recorrente como o provável autor das lesões, como se depreende dos depoimentos prestados pelas testemunhas, imagens da câmera de segurança da via pública fornecidas pela SDS, cujo reconhecimento do Recorrente como autor do fato feito por testemunha às fls. 60 dos autos, tendo a decisão recorrida tratado adequadamente desse aspecto.**

Os indícios de autoria são elementos indiretos que, através de raciocínio lógico, auxiliam a formação do convencimento do juiz, constituindo prova indireta. Os indícios devem existir em número suficiente para garantir a segurança mínima que o devido processo legal exige.

**No que concerne aos indícios de autoria, estes se manifestam pela prova colimada nos autos, especialmente pelo reconhecimento feito pela testemunha Carlos José nas imagens da presença do Recorrente no local do crime em companhia do co-réu MARCONI, que efetuou os disparos contra a vítima; além das declarações da genitora da citada testemunha às fls. 229, em que relata ameaças de morte feitas por ambos os denunciados ao seu filho, para impedi-lo de depor em juízo.**

Como se verifica dos depoimentos mencionados há indícios suficientes a demonstrar o envolvimento do Recorrente no homicídio, não procedendo a alegação de que nada tem a ver com o ocorrido.

Arrematando a questão, vale dizer que somente no caso de condenação é que deve existir a certeza da autoria e da materialidade do crime, esse é um pilar essencial do direito penal. No caso vertente, não. **Basta apenas a dúvida para que ocorra a pronúncia, porquanto neste momento processual vige o princípio *in dubio pro societate*, de modo que deve este feito ser submetido ao Tribunal do Júri, juízo natural da causa, cabendo aos jurados, com exclusividade, avaliar e valorar a prova, decidindo definitivamente sobre as questões levantadas.** Fazer o contrário significaria antecipar o veredicto, que compete



399

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

---

exclusivamente ao conselho de sentença apreciar e julgar o mérito da imputação.

Pelas razões acima expostas, e filiando-me ao parecer da Douta Procuradoria de Justiça, **VOTO pelo NÃO PROVIMENTO deste Recurso.**

Recife, 20 de maio de 2014.

**Des. Odilon de Oliveira Neto**  
**Relator**